

## **REGULARIDADES E RESISTÊNCIAS: “BRASIL SEM HOMOFOBIA”**

Ricardo Pimentel Mélló\*  
Anacely Guimarães Costa\*\*  
Juliana Vieira Sampaio\*\*\*

Recebido: 13 mar. 2013

Aprovado: 02 maio 2013

\* Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Ceará, Fortaleza - Brasil. E-mail: ricardo\_pm@uol.com.br

\*\* Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ - Brasil. E-mail: anacely@gmail.com

\*\*\* Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Ceará, Fortaleza - Brasil. E-mail: julianavsampaio@hotmail.com

**Resumo:** Neste estudo fazemos a análise do documento “Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual” publicado pelo governo federal. Este programa propõe implantar políticas públicas específicas voltadas “a não violência” ou atitudes discriminatórias contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. Ressaltamos que este artigo é um recorte de uma pesquisa em andamento sobre a efetivação de política de assistência para as travestis na cidade de Fortaleza (CE). O foco de nossa leitura crítica foi o tratamento dado às travestis no documento, tendo como referenciais o movimento Queer. Concluímos três aspectos importantes: 1) as travestis ainda têm um tratamento secundário no documento em relação a outras categorias; 2) as categorizações acabam por produzir hierarquias no movimento “trans”; 3) há trechos no documento que revigoram a heteronormatividade em função de políticas identitárias que, em última instância, enreda concepções de sexualidade e de gênero que conformam as travestis em “abjetos”.

**Palavras-chave:** Movimento LGBT. Travestis. Homofobia. Teoria Queer.

## **REGULARITIES AND RESISTANCES: BRAZIL WITHOUT HOMOPHOBIA**

**Abstract:** In this study we analyzed the document "Brazil without Homophobia: Program for Combating Violence and Discrimination against LGBT and Promoting Homosexual Citizenship" published by the federal government. This program aims to implement specific policies directed to "nonviolence" or discriminatory attitudes against gays, lesbians, transgenders and bisexuals. The present text is an excerpt from an ongoing study about the effectiveness of the policies put in place to assist transvestites in Fortaleza (CE). The focus of our critical reading was the treatment of transvestites in the document, taking as reference the Queer movement. We concluded three important aspects: 1) transvestites still have a secondary treatment in the document in relation to other categories; 2) the categorizations eventually produces hierarchies inside the social movement of "trans"; 3) there are passages in the document that invigorate heteronormativity in accordance with policies identity that ultimately entails conceptions of sexuality and gender that conform transvestites as "abject".

**Key words:** LGBT Movement. Transvestite. Homophobia. Queer theory.

Que diferença da mulher o homem tem?

Espera aí, que eu vou dizer meu bem.

É que o homem tem cabelo no peito,  
tem o queixo cabeludo e a mulher não tem.

(Durval Vieira)

A temática da “diferença sexual” é uma preocupação presente em nossa sociedade, tendo nos discursos biologizantes uma de suas explicações predominantes (MÉLLO; SAMPAIO, 2012). Para esta vertente, supõem-se haver uma verdade biológica em traços “visíveis” subjacentes ao sexo que os diferenciaria entre homens e mulheres, produzindo corpos masculinos e femininos. Somando-se com este argumento, a validação e legitimação do campo científico naturalizaram o ser homem ou ser mulher, “feminizando” meninas e “masculizando” meninos, o que gerou efeitos de verdade. A versão “biologicista” foi contraposta com a visão “sociológica”, fazendo emergir a noção de gênero:

A masculinidade e a feminilidade, [...], em vez de serem considerados atributos inatos das pessoas, são referidas como características aprendidas durante o processo de socialização. Assim, a dicotomia homem/mulher passou a ser compreendida com base em definições de características adequadas aos homens e às mulheres advindas da inserção das pessoas em culturas específicas (LIMA; MÉLLO, 2012, p. 186).

Apenas duas possibilidades de vida parecem se mostrar viáveis: ser “homem” ou ser “mulher”. Butler (1999) nomina isso de “heterossexualidade compulsória”, uma vez que molda-nos como: sujeitos+sexuados, que resulta em masculinos ou femininos. Já Preciado (2008), nos mostra que a heterossexualidade não é simplesmente uma prática sexual, mas um regime político que busca assegurar certa ordem (heteronormatividade) em detrimento de outras, sob o argumento de que tudo que foge da equação (pênis=homem=macho=dominação) ≠ (vagina=mulher=fêmea=submissão), é antinatural e/ou patológico. As pessoas que não se conformam em tal arranjo binário, como as travestis, assumem contornos que se inscrevem no que Butler (1999) designou de “domínio dos abjetos” ou “sexualidades periféricas”. Ou seja, são seres que fogem da classificação e, portanto, apresentam alguma anomalia. No caso das travestis,

recai de forma enfática uma espécie de anormalidade psicológica que não ressoa com o gênero que se tem “dentro de si”, e ainda, entra em conflito com o sexo que salta de seu corpo: disforia de gênero.<sup>1</sup>

A naturalização do corpo/sexo (discurso biologicista) e do gênero (discurso sociológico) omite a historicidade do gerenciamento político sobre as nossas vidas, visto que este foi construído ao longo dos séculos (e no caso da sexualidade a partir do século XVI) e nos faz investir e fazer determinadas práticas em relação aos nossos corpos:

Os corpos não contêm nenhum sexo e nenhuma performance definida, mas se constituem no modo como são vividos em uma potencialização política heterocentrada: medicalização, cirurgias, ornamentação, indústria pornográfica, tecnologias jurídicas e midiáticas, congressos científicos etc. Essas políticas mais que regular os corpos, os maquinizam. Corpo é gerenciamento biopolítico, gestão (calculada) sobre os fluxos da vida (MÉLLO, 2012, p. 202).

Desde estudos de Foucault essas mudanças do que chamamos de “sexualidade” se constituíram em práticas discursivas heterogêneas, que inicialmente se dirigiram aos órgãos sexuais, e depois, às relações matrimoniais, aos corpos e aos prazeres. Segundo este autor, formações discursivas passaram a funcionar como imperativo regulador criando o “dispositivo de sexualidade” possibilitando o estabelecimento do que se configura como normalidade ou patologia nas práticas sexuais, estabelecendo, concomitantemente o saber médico e psicológico. Toda esta articulação fez proliferar regulações, normas, proibições dirigidas aos corpos, com o objetivo de controlá-los, discipliná-los, posto que o sexo passou a se constituir como “o acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie” (FOUCAULT, 1999, p. 137). Assim, produzimos normalizações nos hábitos, nas práticas, nas maneiras de exercer a sexualidade, patologizando as condutas que fogem do modelo de padrão reprodutivo, isto é, que incorrem em usos de órgãos que não pênis-vagina ou na desvirtuação do uso padronizado deles.

No século XIX, expandiu-se o domínio científico dos saberes médicos, jurídicos e psicológicos, que por meio do conjunto “perversão-hereditariedade-degenerescência” associou práticas sexuais, doenças e relações conjugais, fabricando “sexualidades desviantes” (FOUCAULT, 1999). Essas normas regulatórias têm como efeito para as travestis, localizá-las no

---

<sup>1</sup> Tal “anomalia” pode gerar o desejo de realizar tratamento hormonal e cirúrgico para mudança de sexo (Cirurgia de Redesignação Sexual - CRS). Neste caso a travesti terá nova classificação: transexual.

pólo contrário às sexualidades “normais”, agrupando-as entre “desviantes” por exercerem práticas sexuais que não estão atreladas a fins procriativos, muito menos seus corpos são moldados por um suposto padrão binário de matriz heteronormativa.

O corte conceitual na maneira de interpretar a sexualidade que se estabeleceu depois das proposições lançadas por Foucault, influenciou diversos autores a questionarem a categoria “sexo” que explicaria a diferença sexual fundamentando-a nas “evidências” anatômicas. Foucault ao situar que se trata de uma rede de relações, de regulações, de códigos, de leis funcionando em uma complexidade capilar, e particular a um momento, colocou a possibilidade de desvinculação da prática sexual de uma natureza essencial da espécie humana ou como uma força da qual não se pode escapar. Desta forma, o autor localizou a sexualidade “como uma experiência historicamente singular”, constituída em três eixos: “a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (FOUCAULT, 1984, p. 10).

No mesmo rumo, Scott (1995) afirmou que gênero possui uma história. Abordá-lo circunscrito à perspectiva histórica faz parte do esforço empreendido pela autora para situá-lo como uma categoria de análise das relações sociais e institucionais, considerando as ligações com os sistemas econômicos e políticos vigentes. Portanto, podemos afirmar que não há gênero sem tensões, ou melhor, ele é produto de tensões, cujo foco principal, está no questionamento da centralidade que binarismos como hetero/homo ocupam na organização da vida social. Por conseguinte, a heteronormatividade “é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2009, p. 156).

Butler (2010) afirma que posicionado a partir da desnaturalização da lógica do sexo natural, o “gênero” deslocou para a cultura a possibilidade de inscrição sexual, sugerindo a construção social como tão essencialista quanto o “sexo natural”. A dicotomia sexo-gênero funda-se ao posicionar o “sexo” ao lado do natural ou biológico, e o “gênero”, como uma construção social. Com efeito, as duas posturas se sustentam em argumentos ontológicos, como algo exterior que irá definir a diferença sexual: ora o “natural” anatômico, ora a ação de “um social”. Butler (1999) argumenta que é preciso trabalhar com outro conceito de natureza para

desfazer a clivagem entre sexo e gênero: natureza compreendida como um terreno de relações históricas e dinâmicas.

Gênero e sexo são regulatórios porque operam como normas e, sobretudo, por circularem em práticas que produzem efeitos de governo. Trata-se de um processo em que tais regras materializam o gênero e sexo em contínua reiteração prática que, por não ser completa, se abre para as “instabilidades”, “possibilidades de re-materialização” que questionam o modelo instituído como padrão (BUTLER, 1999). A matriz heterossexual tomada como referência normalizadora forma simultaneamente aqueles que serão corpos legitimados e o seu avesso, aqueles que não se conformam.<sup>2</sup> Estes constituem o que a autora entende por “domínio de seres abjetos” formados em um processo que materializa diferenças de modos de vida humana instituindo o diferente como desprezível.

Essa fixidez em relação ao sexo-gênero é particularmente importante por nos constituir como humanos. É nela e a partir dela que passamos a ser compreendidos como tal. Essa normalização do humano impõe concomitante “coerência” que funciona como princípio regulador que diz mais ou menos assim: “somos todos humanos, portanto, iguais, mas tem uma diferença que nos constitui, ou seja, há homem e mulher, que se unem sexualmente, para dar continuidade ao humano”. Desse modo, tudo que fugir dessa matriz deve ser desprezado. Não se trata de uma reação que opere um desprezo dissimulado, mas sim uma ação de saneamento sempre de maneira impositiva e violenta por meio de prisões, espancamentos, mortes ou terapias.

Desta feita, “o gênero funciona como um programa operativo através do qual se produzem percepções sensoriais que tomam a forma de afetos, desejos, ações, crenças, identidades”<sup>3</sup> (PRECIADO, 2008, p. 89). Produzem-se certezas do que é ser “homem” ou “mulher” a partir de tecnologias contemporâneas de domesticação dos corpos, isto é, do uso de produtos farmacológicos, cosméticos, biomédicos, que operam na tentativa de normalizar e circunscrever corpos como “femininos” ou “masculinos”.

---

<sup>2</sup> Uma discussão sobre esse percurso histórico do conceito de gênero pode ser encontrado em Lima e Mélo (2012). E sobre as mudanças no modo como vivemos nossos corpos em Mélo (2012).

<sup>3</sup> Tradução dos autores. Original: o “*el género funciona como un programa operativo a través del cual se producen percepciones sensoriales que toman la forma de afectos, deseos, acciones, creencias, identidades*”.

Habitar a zona de abjeção é não ter reconhecida a reivindicação do direito à vida: “[o abjeto] relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BUTLER, 1999, p. 161). De maneira que o acesso a determinados serviços considerados fundamentais como saúde e educação, por exemplo, acabam se configurando como pautas de reivindicação nos movimentos sociais. E é neste ponto que se gera um paradoxo importante: ao mesmo tempo em que se nega a uma “trans”<sup>4</sup> as identidades normalizantes, terminam por constituí-la a partir de um modelo identitário, na medida em que ela precisa se tornar uma categoria de população para merecer “políticas públicas”.

O que apontamos a seguir é indicativo desse paradoxo. A questão que se coloca é se o exercício político de pessoas consideradas “abjetas” deve apostar em estratégias identificatórias que, por sua vez, acabam por gerar situações discriminatórias, inclusive a própria, como buscamos discutir acima. Ocorre que a mesma ação normalizadora é também aquela que dá condições de criar resistências, oferecendo as ferramentas para intervir no interior desses dispositivos reguladores, por isso o paradoxo ao questionarmos se são políticas reivindicatórias identitárias ou de “desidentificações”?

Já há um amplo movimento mundial em que se privilegiam táticas de “desidentificações” como estratégias de resistência à heteronormatividade. Esse movimento advém de posturas como as de Butler e Preciado (inspiradas em Foucault) que se denominou *Queer*. Indica-nos que manter certa desconfiança em relação à “estabilidade” dos corpos e identidades de gênero, nos permite entrar em contato com formações de práticas reguladoras e normalizadoras que reproduzem os binarismos homem-mulher, macho-fêmea, hetero-homo, pênis-vagina, masculino-feminino e tantos outros que circulam sustentados na heteronormatividade. E é sob este prisma crítico que amparamos as análises dessa pesquisa.

---

<sup>4</sup> Evitando a série de letras que muitas vezes são utilizadas como convenções gráficas para reunir os que são considerados fora da norma de gênero, aqui buscamos usar a terminologia “Trans”, que segundo o Houaiss significa: 1) “situação ou ação além de”; 2) “negação”. Portanto, em conformidade com nossos pressupostos teóricos, advogamos que essas pessoas desafiam as regras heteronormativas e ficam para além delas.

**DOCUMENTO COMO UM ACTANTE DA PESQUISA**

O documento “Brasil sem Homofobia” (BRASIL, 2004) foi escolhido como materialidade a ser analisada nessa pesquisa por nos oferecer informações sobre a circulação de saberes em relação ao tema que o documento aborda, bem como propor modalidades de atenção ao segmento “trans”. Buscamos tratar esse Programa (documento) como prática, evitando torná-lo objeto de pesquisa inerte a espera de um olhar neutro interpretativo de seus significados. Ou seja, priorizamos dar visibilidade às vozes/enunciados que identificamos no documento como práticas que buscam regularidade à medida que se impõem como norma (poder); ao mesmo tempo, observando também que fissuras buscam expressão (resistência) quebrando padrões instituídos como verdade<sup>5</sup>.

Três observações são importantes. A primeira se refere ao conceito de “vozes/enunciados” que advém de Bakhtin (2003). Conforme este autor o nosso mundo está povoado de vozes (interlocutores) que com enunciados (múltiplos sentidos) constroem a dinâmica de um processo interativo. Interessa-nos a ênfase que Bakhtin deu a dialogicidade da linguagem, rompendo com a divisão entre pensamento e linguagem, o primeiro como antecedendo a segunda. São “diálogo contínuo” como afirma Billig (2008). Portanto, a ênfase de nosso estudo está nos argumentos que o documento se compõe, e nossa crítica, também segue o mesmo rumo culminando no seguinte questionamento: o Programa propõe aos agentes públicos medidas que busquem superar a homofobia, usando classificações e argumentos que rompem de vez com a heteronormatividade, responsável, em última instância, pelas discriminações?

Em segundo lugar, localizamos o texto como linguagem em uso, o que pressupõe historicizar o que lemos e/ou falamos e, ao mesmo tempo, dar ao documento um caráter relacional. Assim, abandonamos a análise de sentidos ocultos como se fossem cristalizados e lá estivessem esperando um duto para descobri-los “daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas”.

---

<sup>5</sup> “Por ‘verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2009a, p. 14).

(FOUCAULT, 1982, p. 5). Não buscamos a origem ou a intenção de determinado discurso, mas como aconteceu o aparecimento de um específico enunciado e não de outros em seu lugar: os discursos são de natureza histórica, no sentido de que têm na história a sua condição de emergência.

Em terceiro lugar, um documento é para nós um “actante”. Esta expressão vem sendo usada por Bruno Latour (2001; 2012) e outros teóricos da Teoria Ator-Rede (MORAES, 2004; FREIRE, 2006), reivindicando que qualquer materialidade (“humana” e “não humana”) se faz em rede: sejam pessoas, artefatos, instituições etc. São híbridas na medida em que se agenciam de tal forma compondo algo (um acontecimento, por exemplo). Diz Latour: “uma vez que, em inglês, a palavra *actor* se limita a humanos, utilizaremos [...] *actante*, termo tomado da semiótica, para incluir [a agência dos] não-humanos” (LATOURE, 2001, p. 346). O documento como um actante foi formado por “séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados” (MORAES, 2004, p. 322), ou seja, se fez em uma rede de humanos e não humanos (militantes, políticos, organizações, computadores, papel, etc.). No documento são citados como participantes, cerca de 70 pessoas de aproximadamente 40 organizações (explicitamente identificadas como ligadas as travestis, apenas 03 organizações).

Tendo como referencia as discussões sobre sexualidade e gênero evocadas pelo movimento *Queer* e a concepção de documento que expusemos acima, o nosso primeiro passo foi realizar uma leitura crítica e atenta do documento “Programa Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual” (BRASIL, 2004). Interessava-nos as ressignificações, rupturas, naturalizações de práticas discursivas relacionadas à temática da violência e discriminação da população LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual), voltando-nos mais especificamente ao grupo de travestis. Assim, constituímos a pesquisa ao mesmo tempo em que fomos destacando argumentos feitos em afirmações e classificações, agenciados em torno da proposta de um “Brasil sem homofobia”.



## **TRANSITANDO ENTRE SEXO, GÊNERO E OUTROS HÍBRIDOS:**

Consideramos o documento “Programa Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual” (BRASIL, 2004) como ordenador e propugnador de certas práticas ou modos de viver. Portanto, o temos em conta como uma prática discursiva, isto é:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2000, p. 136).

E ainda por tratar de temática que continua gerando preconceitos, esse Programa efetiva práticas que tencionam jogos de poder e cria acontecimentos. Por isso, em nosso direcionamento metodológico “não há empenho em fazer uma análise acerca do que a linguagem significa, mas em torno do que ela efetiva” (MÉLLO et al., 2007, p. 29). Isso quer dizer que, na perspectiva das práticas discursivas, consideramos um documento “em sua articulação com: quem os produziu, em que ocasiões, que interesses estavam em jogo, como são lidos, quem os leem, que propósitos e negociações estavam em jogo, etc.” (p. 30).

O “Programa Brasil sem Homofobia” foi lançado em todo território nacional em 2004 pelo Ministério da Saúde e elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, visando “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11). O eixo estruturante do documento é a necessidade de uma atuação e intervenção do Estado e, por isso, o foco central “é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos” (p. 07) na implementação de propostas de “políticas públicas”.

Apresenta como justificativa para o Programa as estatísticas de assassinatos em que a população LGBT, principalmente as travestis e transgêneros (BRASIL, 2004, p. 16), foram vítimas em função de “ousarem manifestar publicamente sua orientação sexual e afetiva” fora da norma (p. 17). Além disso, também arrola como argumento o fato da “homossexualidade” ter

deixado de ser considerada patologia pelos Conselhos Federais de Medicina e de Psicologia (p. 15). Apesar do saber médico e psicológico buscarem através de diferentes técnicas impedir essa “inadequação sexual” desde a infância, como no caso do “tratamento” compulsório de crianças intersex<sup>6</sup> (MÉLLO; SAMPAIO, 2012).

Esse documento tem propósitos importantes que podem ser divididos em duas frentes: ações que se dirigem ao combate a violência e discriminação e, em outra linha, prevê medidas para ampliação da “cidadania homossexual”, cujos onze eixos norteadores (como legislação, cultura, saúde, trabalho, etc.), procuram demarcar as ações que pretendem ser efetivadas em cada âmbito e para cada segmento de Governo. São atividades que merecem nossos elogios porque conseguem abranger segmentos sociais que vão da militância aos agentes do serviço público com propostas de formação, mas também se dirigem ao combate de violações (ofensas, violências) que já existem e que levam até a morte dos *trans*.

O Programa se reconhece “bastante abrangente” não só pelas propostas, mas também pelo público que pretende como “atores para a sua implantação”: o setor público, o setor privado e a sociedade brasileira como um todo (BRASIL, 2004, p. 27). Porém essa amplitude é compreensiva, pois a partir dessa primeira medida que foi lançar o Programa é que deveriam advir ações específicas contra a discriminação por orientação sexual. Portanto não consideramos que a essa abrangência deveria recair especificamente opinião desfavorável, por se tratar, como buscamos apontar do primeiro Programa no Brasil para a “promoção de um contexto de aceitação e respeito à diversidade, de combate à homofobia e de mudança de comportamento da sociedade brasileira em relação aos gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais” (p. 27).

Estão previstas ainda avaliações anuais do Programa Brasil Sem Homofobia, sendo que, ao final do segundo ano, terá lugar o processo de avaliação que envolverá organizações de defesa dos direitos de homossexuais e de defesa dos direitos humanos que, juntamente com o Governo Federal, definirá as bases para a sua continuidade (BRASIL, 2004, p. 28). Do mesmo modo que Mello e colegas (2012), constatamos que nem a definição de indicadores para verificar o impacto

---

<sup>6</sup> O termo *intersex* foi usado pela Sociedade Intersex Norte Americana (ISNA, 2010) para nomear corpos cuja anatomia não se adequa aos padrões hegemônicos de sexo masculino ou feminino e tem sido usado amplamente no Brasil. Porém, essa organização mudou seu nome para Accord Alliance, bem como passou a adotar a terminologia Disorders of Sex Development (DSD). Parece-nos que dentre essas duas opções, *intersex* é um termo menos estigmatizante.

do Programa, nem as avaliações anuais, foram realizadas. Trata-se de um fato grave primeiro por não se ter parâmetros oficiais sobre a efetivação do Programa; segundo porque outras ações governamentais como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2009) e “políticas públicas” a exemplo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2010) têm sido construídas como desdobramentos das propostas do Programa Brasil sem Homofobia sem avaliações posteriores.

Outra consequência do Programa foi a criação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH) em todas as capitais brasileiras, com objetivo de prestar assistência a população GLBT (jurídica, social e psicológica).<sup>7</sup> Sem o devido acompanhamento o resultado dessa medida não poderia ser dos melhores:

Em novembro de 2008 foi realizado, em Brasília, o III Seminário de Capacitação dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania LGBT, organizado pela SDH. Em meio a uma tentativa de avaliação dos trabalhos desenvolvidos nos centros e núcleos, a tônica dos discursos de representantes dos diversos estados foi a descontinuidade dos trabalhos, tendo em vista a escassez de recursos e a dificuldade de sustentabilidade dos projetos, sem o apoio financeiro da SDH ou dos governos estaduais e municipais (MELLO et al. 2012).

Como afirmamos iremos nos deter nas propostas mais específicas que se referem às travestis. Ocorre que nem no título do documento elas estão incluídas, pois a sigla “GLTB” que lá aparece se refere Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais (BRASIL, 2004, p. 7). Apesar de o termo “transgêneros” fazer referência tanto as travestis como as transexuais, existe muitas disputas e questionamentos no movimento LGBT quanto ao uso desse termo para abranger os diversos modos de transitar pelo sexo e gênero. Muitos alegam que ao optar pelo uso de apenas um T na sigla se invisibiliza nos preconceitos sofridos especificamente por cada um desses grupos. O documento já reflete também certa discussão interna ao movimento sobre quem deveria aparecer primeiro no conjunto da sigla. Por isso algumas vezes a sigla coloca o “L” na frente do “G”, pois as lésbicas “feministas” argumentam que não pode o primeiro ser sempre o

---

<sup>7</sup> Estamos empreendendo pesquisa sobre esse serviço na cidade de Fortaleza (CE).

“homem” (gay). Esta discussão indica que no próprio movimento LGBT há certo sectarismo identitário.

Por outro lado, merece uma crítica mais detida o fato do documento ainda fundamentar-se em argumentos identitários, essencializando binarismos de gênero e até, de certo modo, a heteronormatividade, na medida em que reitera, por meio de discursos normativos, as categorias de homem, de mulher e de homossexual. De certa forma, essa crítica foi feita por Rossi (2008), porém direcionada ao que chamou de “viés individualista” por se tratar de uma reivindicação de um grupo específico e por ir ao “encontro das políticas públicas neoliberais que visam, sobretudo, formar sujeitos que desenvolvam esse tipo comportamento individualista” (p. 2). Nossa crítica se fundamenta de forma diversa, pois, não é simples falar de comportamento individualista de grupos. Caso seguissemos essa linha de raciocínio, julgaríamos que o fato de ocorrer algum agrupamento em torno de uma reivindicação já poderia ser considerado como uma ação individualista. E se nos ativermos ao funcionamento da nossa democracia burguesa, perceberemos que não há outro modo de participação senão por meio da pressão de grupos que se identificam em alguns itens reivindicativos que querem que sejam colocados em prática. Portanto, se propõem uma política que não pode ser individualista em função da correlação de forças necessárias para que a vida em sociedade mude.

Não seria esse o espaço para discutir o tema da participação política em geral, mas devemos questionar porque geralmente há crítica ao que se costuma chamar de “individualismo”, especialmente considerando o sistema capitalista como sendo o criador desse “mal”. Acompanhamos Foucault (1985) quando nos diz que usamos esta palavra para nos reportar a realidades muito diversas, por isso deveríamos distinguir um individualismo político de outro ético. Ao propalar a morte do sujeito Foucault se contrapõem ao individualismo político que marcou a modernidade expressos no: humanismo, antropocentrismo e racionalismo. Ou seja, o ser humano se tornou o centro do universo por conseguir desvendá-lo com seu saber e até por saber sobre si. Temos como marca desse momento o mote cartesiano “*cogito ergo sum*” indicando que o pensamento humano é capaz de descobrir verdades.

Marx, Nietzsche e Freud inauguram a dúvida à razão como estável, objetiva e pura. Porém foi com o livro “As Palavras e as Coisas”, lançado por Foucault em 1966, que podemos historiar o tal sujeito, sabendo-o formado por meio de tecnologias (diários, terapias, diagnósticos,

álbuns de fotografias, confissão etc.). O autor anunciou a “morte do sujeito” - categoria fundamental da ciência moderna - recolocando que o problema fundamental “não é mudar a cabeça das pessoas, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (FOUCAULT, 1982, p. 14).

No caso em questão está a produção de que a homossexualidade deve ser combatida por ser ilegal, amoral e doença. As lutas políticas são de grupelhos<sup>8</sup> (não por serem menores, mas por serem desprezados e volúveis) que querem discutir essa verdade, e mais, impedir que pessoas sejam infelizes e mortas por causa dessa verdade. Daí Foucault reivindica o individualismo ético: “a possibilidade de que cada um tem de traçar o trajeto da própria existência” (VACCARO, 2000, p. 39).

A nossa crítica segue essa direção. Não somos favoráveis a categorias que buscam o inerente do humano, pois instauram rígidas identidades. Desta forma, uma coisa é nos agregarmos em atos públicos reivindicatórios, outra coisa é aceitar classificações que nos agrupam para normalizar e atribuir caráter essencial. Seria absurdo buscarmos a essência do “homossexual”, o que neles existe por si mesmo. Porém, vemos indícios deste tipo de ocorrências no documento.

Por exemplo, há um item do documento cujo título é “Classificação da Homossexualidade Segundo Padrão de Conduta e/ou Identidade Sexual” (BRASIL, 2004, p. 30) no qual identifica os tipos de homossexuais: 1) “Homens que fazem Sexo com Homens” independente de terem identidade homossexual; 2) Homossexuais, os que teriam a tal identidade homossexual (relação com pessoas do mesmo sexo); 3) Gays, têm as mesmas características dos homossexuais, porem “vivem abertamente sua sexualidade”; 4) Bissexuais: “se relacionam sexual e/ou afetivamente com qualquer dos sexos”<sup>9</sup>; 5) Lésbicas: homossexuais femininas; 6) Transgêneros: é homem “mas se relaciona com o mundo como mulher”; 7) Transexuais: são pessoas que “não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente”. Apesar da classificação, em muitos trechos do documento aparece a palavra “homossexual” como incorporando as outras categorias que são colocadas entre parênteses, como no seguinte trecho: “recente estudo sobre violência realizado no Rio de Janeiro,

<sup>8</sup> Conceito criado por Félix Guattari (1985): uma unidade de “subversão desejante” que não sucumba em “mania de hegemonia”, “mania de grandeza”, com seu “mini-Comitê Central” e “militantes de carreira”.

<sup>9</sup> Ou seja, só há dois sexos: masculino e feminino.

envolvendo 416 homossexuais (gays, lésbicas, travestis e transexuais), revelaram que 60% dos entrevistados já tinham sido vítimas de algum tipo de agressão” (BRASIL, 2004, p. 17).

Essas classificações terminam por criar “corpos inertemente sexuados, ou seja, corpos tatuados pela natureza que nos ditam como devemos habitá-los, sendo a tatuagem principal a que se encontra nas genitálias [...]” (MÉLLO, 2012, p. 199), e este desenho continua heterocentrado, na medida em que a referência aos modos de vida, mesmo os que parecem diferentes, são homogeneizados em femininos ou masculinos. E, como afirmamos acima, já há posicionamento alinhado ao movimento Queer que nos fala de corpos que prescindem das classificações binárias de homens ou mulheres:

[...] nos tornamos humanos com uma biopolítica de gerenciamento de nossas vidas/corpos, que se incomoda com a impossibilidade de não podermos dar uma resposta final em relação à “definição sexual” e por isso, cria fármacos, conceitos, técnicas cirúrgicas, patologias e legislações (MÉLLO et al. 2012, p. 205).

O reconhecimento da pertinência do “Programa Brasil sem Homofobia” em ampliar as discussões sobre o preconceito e a discriminação em suas diversas faces contra as performances de gênero não nos impede de apontar alguns embaraços nas propostas apresentadas no documento. Nessa direção, concluímos que a perspectiva do Programa alinha-se às políticas identitárias heteronormativas, pautando-se especialmente nos interesses dos grupos classificados como “gays” e “homossexuais”. cremos que isso se alia a esta perspectiva heteronormativa, na medida em que grupos como transexuais e travestis possibilitam “que se rompa com a estratégia de viver o corpo como circunscrito a uma determinada corporeidade natural” (MÉLLO et al. 2012, p. 202). As especificidades das travestis não são discutidas ou quando o são é feito em linhas gerais, sem delimitação do que se pretende propor exatamente. Destacamos que o documento é dedicado à Janaína, travesti cearense, militante do movimento “trans” já falecida.

As pessoas “trans” têm pouca visibilidade ao longo do Programa “Brasil sem homofobia” se comparadas com os outros blocos “identitários” do movimento LGBT. Isso pode ser notado quando observamos que os termos “travesti” ou “travestismo” aparecem 28 vezes no texto a partir de sua apresentação, sendo: 13 (46%) na abertura feita em homenagem a Janaína (militante travesti); 03 (10,7%) na introdução; 08 vezes (28,5%) na justificativa (quando se enfatiza a necessidade do Programa em função das inúmeras violências cometidas contra a população

“trans”); 03 vezes (10,7%) quando se refere ao programa de ações (todas referentes à discriminação no ambiente de trabalho); 01 vez (12,5%) quando da classificação da homossexualidade (no caso as travestis são incluídas como transgêneros associadas às transexuais).

Aparentemente os termos “travesti” e “travestismo” deveriam aparecer melhor distribuídos no documento, mas como apontamos, quase metade das vezes que estas palavras surgem estão ligadas a homenagem prestada à travesti Janaína que participou das discussões a respeito da elaboração do próprio documento. Resolvemos comparar com outros termos como “homossexual” e “homossexualidade”. Estes aparecem 76 vezes, como era de se esperar, por ser um termo que geralmente é utilizado para incluir todas as categorias de que trata o documento. Se o documento define homossexuais como “aqueles indivíduos que têm orientação sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo” (BRASIL, 2004, p. 30), esta posição nos leva a pensar que uma pessoa “homossexual” não estabelece ou mantém relações sexuais e afetivas com alguém de “sexo diferente” produzindo uma “estabilidade” identitária que aprisiona a si mesmo.

A homossexualidade não é algo que resume e/ou une todos os sujeitos integrantes do coletivo LGBT, pois as travestis não se sentem necessariamente atraídas por pessoas do mesmo sexo, apesar de “performarem” como pessoas do “sexo oposto”. Isso quer dizer que, o fato de uma “trans” se identificar como mulher, usar um nome e se vestir como tal, não indica, obrigatoriamente, que devam se sentir atraída por homens. Berenice Bento (2006) em sua pesquisa com transexuais tem relatos de pessoas que alteraram sua genitália por meio de cirurgia (nasceram com pênis e ficaram com vagina), mas se relacionavam afetiva e sexualmente com mulheres. Teoricamente essas pessoas eram “originalmente” heterossexuais e após a cirurgia de transgenitalização passaram a ser homossexuais. Em se tratando especialmente de prostituição é sabido que há travestis que transam com mulheres, mesmo fora relações de trabalho/comercial. Desta maneira, não podemos assegurar que quem tem mais frequentemente relações sexuais com pessoas “do mesmo sexo” não o faz também com pessoas de “outros sexos” e aí podem ser incluídos os heterossexuais também.

Assim, se fosse inserida a palavra “frequentemente” no documento, abriria espaço para questionar esse imperativo de que homossexuais **só** transam com pessoas do mesmo sexo e heterossexuais com pessoas de sexo oposto: “homossexuais, são pessoas que, frequentemente,

têm orientação sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo”. A nosso ver, delimitar fronteiras tão rígidas só favorece normalizações heterocentradas, do tipo “hetero” só se relaciona sexualmente com “hetero” e “homo” com “homo”. É claro que isso pode acontecer até de forma majoritária, mas esconder exceções a essa regra, evitar os nomadismos nos modos de viver eróticos, como se homossexualidade e heterossexualidade fossem campos com fronteiras intransponíveis, impediria que o “devir-homossexual” pudesse ser vivido:

[...] como inventividade, como experimentação, como criação de modos de vida plurais, com espaço para singularização dos laços eróticos, (micro-políticos e estéticos), livrando a homossexualidade das superstições que a têm aprisionado num imaginário da desqualificação” (PAIVA, 2007, p. 279).

Outro aspecto contraditoriamente importante é que no documento se reconhece que “a violência letal contra homossexuais - e mais especialmente contra travestis e transgêneros - é, sem dúvida, uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil” (BRASIL, 2004, p. 16, destaque nosso). Nessas situações a estética heterossexual se torna mais radical. É como se a homossexualidade fosse até “permitida”: pode ser gay, mas nada de “viadagem”; pode transar com homem, mas também tem que parecer com um (como se realmente existisse o homem essencial). Mas no caso das travestis essa lógica é rompida, pois estas além de serem “efeminadas”, se vestem e transformam os seus corpos para se aproximarem do modelo de feminilidade vigente. Ao provocar fissuras na heteronormatividade e no binarismo de sexo e gênero as travestis se tornam um alvo mais “frágil” na compulsão de normalizar a sexualidade, sendo as principais vítimas de todo tipo de violência e de técnicas de controle, como os diagnósticos médicos e psicológicos.

Um exemplo importante dessa não inclusão de travestis está no item “VI- Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários”. Logo na primeira proposta as travestis estão de fora: “Formalizar o Comitê Técnico ‘Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais’, do Ministério da Saúde” (BRASIL, 2004, p. 23). No campo da saúde a opção pelo uso dos termos transgêneros, travestis e transexuais são mais delicados, pois os sujeitos identificados em cada uma dessas categorias são gerenciados pelo saber médico de modo diferente. As transexuais, por serem enquadradas em uma categoria diagnóstica (portadoras de uma doença), são relacionadas com a cirurgia de transgenitalização e todas as outras tecnologias



de “redesignação” sexual e têm acesso, por meio do serviço público de saúde, ao uso de hormônios com acompanhamento médico. Por outro lado, as travestis, apesar de serem também consideradas “transtornadas” em relação ao seu gênero, não são atendidas pelas políticas públicas de saúde caso queiram fazer uso de hormônio ou colocar próteses de silicone, por não se enquadrarem na categoria psiquiátrica que permitirá esta ação e também porque, muitas vezes, não desejam a cirurgia de mudança genital.

Importante apontar que há um item no Programa referente à “Política para as Mulheres” (BRASIL, 2004, p. 25). Trata-se de um item mais focado nas mulheres em geral, pois nele há oito subitens dos quais só em 50% as “lésbicas” são citadas. Porém, não há um item sobre políticas para homens, como deveria se esperar diante desse item amplo às mulheres. Destacamos que no Governo Federal há um Ministério específico para tratar da proteção e assistência às mulheres. Portanto no documento estudado seria de se esperar que houvesse um item específico para as “lésbicas”. Por outro lado, essa associação entre lésbicas e mulheres, não foi feita em relação aos homens, associando-os com gays. Caminhando na direção do movimento *Queer*, podemos questionar: lésbicas são mulheres? Gays são homens? Existem homens e mulheres puros?

O item “XI - Política contra o Racismo e a Homofobia” (p. 26), é interessante porque ao tratar da eliminação da discriminação racial<sup>10</sup>, não discrimina tal luta em relação a um gênero ou “categoria” homossexual. E nisso nós vemos um ponto positivo, ainda que saibamos que mulheres negras são intensamente discriminadas e que sequer as mídias tratam do assunto da discriminação de homossexuais negros. Uma das raras exceções pode ser vista em manchetes de alguns jornais no mundo em relação às manifestações públicas de torcedores do clube de futebol russo Zenit São Petersburgo, protestando contra a contratação do brasileiro negro “hulk”. Aproveitaram para manifestar nas ruas sua reivindicação que o clube não contrate jogadores negros ou homossexuais. Em carta publicada em um jornal local em 17/12/2012, afirmaram:

---

<sup>10</sup> Não vamos entrar em discussão aqui sobre o conceito de raça, mas vale observar que compartilhamos das discussões que entendem esse conceito construído socialmente em relações de poder que criam hierarquias e estratificação dos seres humanos. A discussão que fizemos sobre o paradoxo das políticas reivindicatórias identitárias de gênero vale para a categoria “raça”.

“Não somos racistas, mas vemos a ausência de jogadores negros no Zenit como uma tradição importante”.<sup>11</sup>

Ao que parece, desde seu início, (década de 1970), o movimento gay no Brasil, se organizou em torno de uma “identidade que referencia homens brancos e de classe média” (MARQUES JUNIOR, 2011, p. 185). Como afirma o autor, o negro homossexual é discriminado duplamente por estar “traíndo” a sua masculinidade e ainda por ir de encontro ao que se espera da “raça”: “sua possante virilidade, seu incansável instinto sexual” (p. 186). Assim, um item no documento reconhecendo esses aspectos peculiares deve ser parabenizado.

Observamos que na constituição do documento havia “representantes” tanto de lésbicas quanto de negros, porém, sobre as lésbicas negras não há menção alguma. Aos negros gays ainda há certo reconhecimento quando se tornam líderes de cultos afro-brasileiros, mas às mulheres negras lésbicas parece que recai maior discriminação inclusive no documento analisado, refletindo a tríplice estigmatização a que são submetidas. Isso também pode ser observado na sociedade em geral no que se refere aos chamados “tras-homens” (pessoas que nascem com vagina, mas não se consideram mulheres), como afirmou o escritor e ativista João Nery em palestra<sup>12</sup>, ou seja, são tratadas como mulheres-macho, ao mesmo tempo homens-gay. Portanto, já circula no movimento “trans”, com intuito de dar maior visibilidade tanto à situação de violência, o uso dos termos “lesbofobia” e “transfobia”. Isso se dá também para criticar o que denominam de “dominação masculina” mesmo no movimento LGBT, quando até pouco tempo só se falava em “homofobia”.

Essas problematizações realizadas ao longo da pesquisa nos permitem questionar quando grupos são formados, já que isso implica no fato de que “fronteiras são demarcadas, delineadas, fixadas e conservadas” (LATOURET, 2012, p. 57) muitas vezes os naturalizando, esquecendo que são processos de certa classificação que resultam em agregados específicos. Nesse sentido, devemos ter o cuidado de que as premissas do Programa Brasil sem Homofobia não continuem a reiterar a essencialização de categorias sexuais ou de gênero, por meio de discursos normativos,

---

<sup>11</sup> Ver matéria em: <http://www.publico.pt/desporto/noticia/adeptos-do-zenit-nao-querem-negros-e-gays-na-equipa-1577755>. Acesso em: 06/03/2013.

<sup>12</sup> Palestra realizada na cidade de Fortaleza no dia 07 de março de 2013, por ocasião do Evento: Curta o Gênero 2013 – Mostra Nacional Audiovisual. O mesmo raciocínio é realizado pelo autor no seu livro Viagem Solitária (2011).

pressupondo coesão e coerência dos grupos LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual). Uma coisa é impedir que diferentes modos de cuidar de si sejam criminalizados por serem formas fora da norma e mantermos manifestações públicas ocasionais de grupelhos reivindicatórios. Outra coisa é tornar esses grupelhos uma categoria ou um tipo humano que tem uma essência homogeneizadora que lhe funda. Portanto, lutar por liberdade e conquistá-la são ações importantes, mas não ao custo de aprisionamentos identitários que barra processos de singularização criativos (ou diferentes maneiras de viver por estarmos em constante processo de devir). A questão que deve nos acompanhar é como podemos nos agregar em nossas lutas

[...], sem deixar [nos] aprisionar em uma nova classificação; como fazer com que essas lutas de minoria não busquem só a transformação da situação de um determinado grupo, mas seja condição para o rompimento com a subordinação da potência produtiva do sócius [...] (LIMA, 2003, p. 14).

## **AQUELA RAPAZ**

Um documento público não está suspenso no vácuo da história, como procuramos demonstrar: “não é apenas portador de conteúdo histórico, mas também é reflexo de necessidades e desejos de seu criador [...]. A natureza dos resultados [...] tem sérias consequências para [...] direitos de cidadãos, para a memória coletiva e conhecimento histórico”<sup>13</sup> (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 3-4). Isso quer dizer que os autores do documento, mesmo sendo militantes, podem se deixar apanhar por contradições importantes que circulam em relações tensas de poder por hegemonia.

Isso não desmerece o documento em sua totalidade, muito menos a disposição dessas pessoas em buscar propostas e planos para que a sociedade brasileira abandone de vez qualquer indício de homofobia. O que buscamos aqui é discutir e ampliar esta complexidade. A passagem de uma invisibilidade em termos de políticas públicas para o início de propostas de atendimento à população “trans”, convive com práticas discursivas que ainda contaminam Programas com posições heterocentradas ou que visam uma identidade pura aos homossexuais.

---

<sup>13</sup> Tradução dos autores. Original: “is not just a bearer of historical content, but also a reflection of the needs and desires of its creator [...]. The nature of the resulting [...] thus has serious consequences for [...], citizen rights, collective memory, and historical knowledge”.

Portanto, longe de nós condenarmos o “Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual” e assim sermos confundidos com posturas homofóbicas. Como pesquisadores de estratégias de modos de viver (micropolítica), buscamos contribuir com esse processo de luta contra diversos níveis de violência às “trans”.

Em outras pesquisas e estudos sabemos das dificuldades de toda essa multidão *Queer* que caminha como os “abjetos” em trilhas de sofrimento e de dor. O documento estudado é uma tentativa de atalhos que permitam vislumbrar belezas, alegrias e criatividade nos modos de viver “trans”. Nesses corpos em que as normas teimam em “fracassar”, podem ser erigidos monumentos *Queer* para nos desalojar das certezas, mostrando que não há nada que nos faça supor qualquer estabilidade em nossas vidas. Urge o enfrentamento das violências motivadas pelas normas heterossexuais que chegam a ser tão intensamente discriminatórias a ponto da recusa em reconhecer direitos a população “trans”. Se essa população nem é considerada humana como “reivindicar direitos humanos” para ela? (SHARMA, 2008, p. 115).

Por fim, trazemos um fragmento de um poema de Fernando Pessoa, presente no “O Livro do Desassossego”, em que o poeta desestabiliza as normas de gênero e gramaticais, para terminarmos com a expectativa de que outras “subversões de gênero” possam “desassossegá-las” outras normatividades.

Suponhamos que vejo diante de nós uma rapariga de modos masculinos. Um ente humano vulgar dirá dela, "Aquela rapariga parece um rapaz". Outro ente humano vulgar, já mais próximo da consciência de que falar é dizer, dirá dela, "Aquela rapariga é um rapaz". Outro ainda, igualmente consciente dos deveres da expressão, mas mais animado do afecto pela concisão, que é a luxúria do pensamento, dirá dela, "Aquele rapaz". Eu direi, "Aquela rapaz", violando a mais elementar das regras da gramática, que manda que haja concordância de gênero, como de número, entre a voz substantiva e a adjectiva. E terei dito bem; terei falado em absoluto, fotograficamente, fora da chateza, da norma, e da quotidianidade. Não terei falado: terei dito (PESSOA, p. 362).

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: corpo e gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BILLIG, Michael. **Argumentando e pensando: uma abordagem retórica à psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Secretaria Especial Dos Direitos Humanos. 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: LGBT**. Brasília, 2010.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DENIZART, Hugo. **Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009b.
- FREIRE, Letícia. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 46 - 65, jan/jun. 2006.
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA - ISNA. Disponível em: <<http://www.isna.org/>>. Acesso em: 23 out. 2010.

LATOURE, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador. Salvador, BA: EDUBA; Bauru, SP: EDUSC, 2012.

LIMA, Maria. Lúcia; MÉLLO, Ricardo. As vicissitudes da noção de gênero: por uma concepção estética antiessencialista. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 1, jan./jun., 2012.

LIMA, Elizabeth. Desejando a diferença. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/beth/desejando.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

LOURO, Guacira. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 8-34.

MARQUES JUNIOR, Joilson. Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros? **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p.183-194, dez. 2011.

MÉLLO, Ricardo P.; SILVA, Aline; LIMA, Maria Lucia; DI PAOLO, Ângela. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, dez. 2007.

MÉLLO, Ricardo P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 197-207, 2012.

MÉLLO, Ricardo P.; SAMPAIO, Juliana. Corpos intersex borrando fronteiras do discurso médico. **Rev. NUFEN**, Belém, Pará, v. 4, n.1, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v4n1/a02.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012

MISKOLCI, Richard. A teoria *Queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun., 2009.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política *Queer*. In: SOUSA, L.; SABATINE, T; MAGALHÃES, B. (Orgs.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011.

MORAES, Márcia. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, RJ, v. 11, n. 2, p. 321-333, maio/ago. 2004.

NERY, João. **Viagem solitária**: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

PAIVA, Antonio C. S. **Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas.** Fortaleza, CE: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS.** 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2006.

PEREIRA, Pedro. A teoria *Queer* e a reinvenção do corpo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 27, p. 469-477, jul./dez., 2006.

PESSOA, Fernando. **O livro do desassossego.** São Paulo: Brasiliense. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/vo000008.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2013

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui.** Madrid: Espasa, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual.** Madri: Opera Prima, 2002.

\_\_\_\_\_. Multidões *Queer*: notas para uma política dos "anormais". **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 19, n.1, p. 11-20, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, p. 155-167, 2002.

ROSSI, Alexandre. Políticas para homossexuais: uma breve análise do programa Brasil sem homofobia e do tema transversal orientação sexual. In: **FAZENDO GÊNERO 8: corpo, violência e poder**, Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST46/Alexandre\\_Jose\\_Rossi\\_46.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST46/Alexandre_Jose_Rossi_46.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SHARMA, Jaya. Reflexões sobre a linguagem dos direitos de uma perspectiva *Queer*. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). **Questões de sexualidade: ensaios transculturais.** Rio de Janeiro: Abia, 2008.

SPINK, Peter. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, dez. 2003.

SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Peter. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 ago. 2008

SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, n. 1-2, mar., 2002.

VACCARO, Salvo. **Foucault e o anarquismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.